



Núcleo de Gestão Socioambiental

Relatório de Desempenho do PLS-TJMSP

Ano-base 2017



1. APRESENTAÇÃO

É com satisfação que apresentamos o segundo Relatório de Desempenho referente ao exercício de 2017, em cumprimento ao artigo 23, da Resolução CNJ nº 201/2015, com a consolidação dos resultados alcançados por nossa Instituição.

Este levantamento servirá como base para o estabelecimento de metas a serem definidas na Revisão de nosso Plano de Logística Sustentável (PLSPJ), vinculado ao Planejamento Estratégico Institucional e materializando a evolução da Gestão Ambiental no âmbito do TJM/SP, cujo Núcleo de Gestão Socioambiental foi criado, em caráter permanente, por força da Portaria nº 204/2016ASSPRES, de 23.08.2016.

Cumpre, por oportuno, esclarecer que, após a edição do Glossário do Anexo I, da Resolução CNJ nº 201/15, editado no mês de julho de 2016, o PLS editado pelo TJMSP sofreu considerável alteração, como a inclusão de diversos indicadores, revisão de metas, gráficos, e demais elementos que demonstram o compromisso da Corte com a sustentabilidade de suas ações.

Ao final deste trabalho apontaremos as perspectivas para o exercício de 2018.

2. RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1. Papel – META ATINGIDA!

O Consumo de Papel é o primeiro a ser lembrado em indicadores de consumo de órgãos públicos, tendo em vista seu labor burocrático. Sendo sua atividade ainda exteriorizada e percebida pela sociedade por meio deste suporte, não há ainda uma pretensão de zerar tais valores, mas ter em vista a utilização mais consciente, até quanto a cultura de uso deste insumo, e, paralelo a isso, a melhoria contínua de sistemas informáticos que, num futuro próximo, poderão substituir plenamente o suporte atual, dando ainda mais eficiência a atividade jurisdicional deste Egrégio.

Quanto aos seus indicadores, damos passos largos rumo a redução de utilização de insumos e, conseqüentemente, redução de gastos públicos com tais.

A meta desdobrada no PLS, considerando CPRP+CPNRP, previa o consumo de até 1.094 resmas. Os relatórios indicam o consumo de 912 resmas, o que representa, preliminarmente, o cumprimento da meta, e a uma economia de 18,4% no consumo de papel total, com uma possibilidade de redução ainda

maior nos próximos anos, dadas substituições de impressoras do parque informático com sistemas de relatório mais eficazes, utilização do PJ-e e ações pontuais da Diretoria de Recursos Humanos e da Diretoria de Tecnologia da Informação, os quais trabalham juntos para o atingimento de metas.

Acrescento aos ótimos resultados as ações de captação e separação de lixo reciclável, os quais andam juntos.

2.2. Copos Descartáveis – META PARCIALMENTE ATINGIDA!

Neste Egrégio, foi adotada uma atitude mais equilibrada, onde se garante o fornecimento destes insumos ao público externo e se conscientiza o público interno, inclusive fornecendo *squeezes* a estes, reduzindo consideravelmente o consumo, além de ações pontuais de conscientização da Diretoria de Recursos Humanos.

A meta desdobrada para 2017 foi o consumo de até 1.619 pacotes de copos descartáveis para água (CCA) e 102 pacotes de copos descartáveis para café (CCA). O relatório de consumo aponta o uso de 1.663 pacotes de copos para água, e 73 pacotes de copos para café.

Em relação ao CCA, a meta previa a redução de 10%, tendo sido atingidos 7,5%, em relação ao ano de 2016. A meta, de fato é ousada, tendo em vista a cultura de uso de copos, que vem sendo combatida aos poucos, ao longo dos últimos anos.

No que tange ao CCC, a meta foi atingida com margem folgada, o que indica a mudança de cultura comentada anteriormente.

Convém mencionar, por fim, a expressiva redução, considerando a medição de 2014-2018, na ordem de 7,7%, para CCA, e 58% para CCC, o que indica a viés de redução crescente no consumo dos insumos.

2.3. Água envasada em embalagem plástica – META PARCIALMENTE ATINGIDA

O presente insumo apresentou como meta desdobrada para Consumo de embalagens descartáveis para água mineral – CED, a quantia de 5.984 unidades, e para o consumo de embalagens plásticas retornáveis para água mineral envasada (galões ou garrações retornáveis) CER, a quantia de 38 unidades.

No que tange à CED, houve evidente falha no lançamento. Foram lançados os fardos e caixas (volumes) como sendo apenas uma unidade, o que prejudica a

medição, visto que as quantidades de cada volume variam de acordo com o tipo de vasilhame.

Na apuração do ano de 2018, deverão os relatórios serem corrigidos para aferição adequada do consumo.

Quanto ao CER, a meta foi cumprida, visto que a medição indica o consumo de 32 unidades.

2.4. Impressão – META ATINGIDA!

Como explicitado no verbete papel, as impressoras deste Egrégio são de suma importância para a atividade jurisdicional, não havendo ainda a possibilidade de se desfazer deste suporte por completo, mas mostrando, para próximos indicativos, a possibilidade de redução ainda maior com a expansão das aplicações informáticas competentes para a finalidade deste Tribunal.

As medições indicam um número de 912 resmas impressas, o que totaliza 456.000 impressões, ao longo de 2017. A meta previa a redução de 2% em relação ao ano de 2016, que contou 558.500 impressões/cópias.

Assim, é de se perceber o cumprimento integral da meta, com a redução de 18% nas impressões/cópia.

2.5. Telefonia – META PARCIALMENTE ATINGIDA!

Outro serviço estratégico para este Egrégio é o de Telefonia. Muito se planeja para economizar ainda mais com esse serviço, estando na pauta a introdução de mais linhas digitais (VoiP) e, conseqüentemente, a intensificação no controle desta utilização por palestras de conscientização e aprimoramento de sistemas para tanto.

Ademais, a disponibilidade deste serviço de comunicação é primordial para a troca de informações com unidades estratégicas e, ainda mais, internamente, possibilitando que os servidores e magistrados deste Tribunal continuem conectados pelo e para seu *labor*.

Além dos serviços de telefonia fixa, não se pode deixar de lado o uso de telefonia móvel por gestores e magistrados deste Tribunal, o qual possibilita a troca de informações com a velocidade e praticidade que só tais dispositivos, atualmente com tecnologia 4G, podem garantir.

A meta anual consiste na redução em 1% dos custos com telefonia fixa (GTF) e com telefonia móvel (GTM). As medições indicam o gasto de R\$ 31.658,22 para GTF e R\$ 49.460,69 para GTM.

Em comparação com a meta desdobrada, a GTF atingiu 2,6% de redução, e a GTM indica um aumento de 2%, em relação a meta.

2.6. Energia elétrica – META NÃO ATINGIDA

Todas as tecnologias disponíveis para a economia deste recurso são implantadas a cada dia, como troca de lâmpadas diversas por tecnologia LED, as quais podem chegar a uma economia de até 80% no consumo; troca de aparelhos de ar condicionado por aparelhos com tecnologia inverter e Selo PROCEL A, além de toda uma campanha de conscientização do uso da estrutura por seus servidores e magistrados.

Houve praticamente a manutenção dos indicadores, entretanto há de se salientar o aumento da estrutura, com diversas reformas feitas nos últimos anos para, primeiramente, acomodar da melhor forma possível os servidores e magistrados deste Egrégio, além do seguimento de programação de obras que vão, além de recuperar parte da estrutura predial dos prédios, fazem correções imprescindíveis para a garantia da segurança e bem-estar de seus usuários, servidores e magistrados.

A meta desdobrada previa o consumo estimado de 381.316KW/h. A medição indica o consumo de 390.946KW/h, o que representa um aumento de 2,5%.

2.7. Água e esgoto – META NÃO ATINGIDA

Bem finito, o qual garante a vida na Terra, ainda mais salientado na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 225, que afirma ser direito de todos o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Após diversas catástrofes ambientais registradas só nos últimos anos, o Brasil deve tratar ainda melhor o referido recurso.

Várias ações foram tomadas nos últimos anos para economizar o recurso hídrico, como instalação de torneiras com sensores, vasos sanitários com caixas acopladas e captação de água da chuva, conseguindo manter seus índices com um leve aumento, o qual não tira o mérito dos esforços e implantações feitas, as quais serão percebidas nos próximos anos.

A meta desdobrada previa o consumo estimado de 2.983m³. A medição indica o consumo de 3.089m³, o que representa um aumento de 3,5%.

2.8. Gestão de Resíduos – META ATINGIDA!

Há alguns anos o TJM se preocupa em destinar os seus resíduos como determina as normas atinentes, tornando-se cultura entre os servidores e magistrados deste Tribunal.

Prova disso é o aumento da destinação de diversos materiais, como, v. g., o papel (aumento de 50,5%), metais (aumento de 15,8%) e pilhas e baterias (aumento de 71,4%), provando que é possível fazer tal destinação de forma responsável, servindo até como bom exemplo a todos os frequentadores deste órgão e havendo notícias de servidores que implantaram tal prática em suas residências. Isso prova que tais atitudes não se fazem somente cumprimento da norma regulamentadora, mas também servem para o espelhamento destas atitudes nas casas destas pessoas.

As seções responsáveis registram o cumprimento integral da presente meta.

2.9 Reformas

Como já comentado, desde 2015, por força da Resolução CNJ nº 114 de 2010, foi contratado por este Egrégio prestação de serviços de apoio na área de engenharia, ou arquitetura, mediante intermediação de 01 (um) posto de trabalho de engenheiro, ou arquiteto, com dedicação exclusiva para atuar na fiscalização e acompanhamento de obras e serviços ligados à sua atividade; no assessoramento, orientação, planejamento e consultoria técnica em relação a obras e serviços; e na manutenção predial, dos imóveis do TJMSP.

Tal contratação foi um marco para o TJMSP, visto que antes desta, não havia um plano de obras a ser seguido, nem um profissional alocado no Tribunal para tratar, com mais proximidade, das necessidades estruturais deste. Enfim, além do atendimento normativo, há o que se busca em sua essência, qual seja, eficiência nos gastos públicos.

No presente caso, a medição é prejudicada, uma vez que a execução do plano de obras depende, diretamente, da existência de disponibilidade orçamentária, escassa, considerando a atual crise pela qual ainda passa o Brasil.

Nesses termos, mediante disponibilização da verba, são contratadas as obras com alta prioridade, elencadas no plano de obras.

2.10. Limpeza – META ATINGIDA!

Sempre em busca de um ambiente mais agradável e propenso à atividade laboral do TJM, não se pode imaginar um ambiente sujo a ser disponibilizado a

seus servidores e magistrados. O ambiente limpo e organizado, como os prestadores de serviço buscam garantir ao Tribunal, e tal compromisso fazem toda a diferença para que este Egrégio continue a transmitir aos seus usuários compromisso com a sua atividade jurisdicional. O referido contrato foi reajustado com base na inflação medida para o período, respeitando o disposto na meta.

2.11. Vigilância – Não se aplica.

Quanto a esse aspecto o TJM se serve dos serviços prestados pela Assessoria da Polícia Militar do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, o qual, além de garantir a segurança das estruturas e de todos que a compõem e usufruem, demonstrar total compromisso e importância com a Justiça Castrense Paulista, disponibilizando um corpo de policiais dedicados ao bom funcionamento das atividades jurisdicionais com a maior qualidade e eficiência.

2.12. Veículos – META NÃO ATINGIDA

A frota de veículos deste Egrégio foi pensada para garantir a segurança e disponibilidade de seus Magistrados, bem como o transporte de ofícios e inquéritos entre outros órgãos e ainda o transporte de mobiliários e processos ao Arquivo Geral deste Egrégio. Tais recursos se fazem imprescindíveis para o bom funcionamento dos trabalhos, garantindo agilidade no transporte de documentos e, inclusive, colaborando para a organização dos feitos.

Neste quesito, em que pese o discreto aumento nos indicadores de 2017, já em 2016 foram feitos até leilões para a venda de veículos que não mais atendem aos padrões de qualidade, performance e segurança exigidos, otimizando a frota. Os indicadores demonstram discretos aumentos em média nos quesitos, mas indicando também o aumento de demandas deste Egrégio, demonstrando a importância de seu labor, sem desconsiderar a inflação do período.

2.13. Combustível – META NÃO ATINGIDA

Outro problema nos grandes centros urbanos, a utilização de combustíveis fósseis pelos veículos automotores continua sofrendo séria influência política e das grandes montadoras. Em que pesem os grandes lançamentos de veículos híbridos e elétricos em outros países, os que são disponibilizados no Brasil não atendem à demanda, ou são nada acessíveis no quesito preço, além de não existir uma estrutura de recarga popularmente difundida.

Uma das formas de otimizar tal uso é a utilização de combustível etanol, o qual é obtido da fermentação de açúcares, havendo menos liberação de partículas poluentes e prejudiciais à saúde. Para tanto, houve um investimento na última

compra de veículos para que estes também sejam compatíveis com tal (veículos flex).

Em que pese os indicadores, os quais indicam um aumento, ainda há uma proporção favorável entre a utilização de combustível fóssil (11.819,24 litros) e combustível orgânico (35.415,87 litros), havendo entre eles uma proporção que tende a alargar com o passar dos anos e nas próximas substituições de veículos deste Egrégio.

2.14 Qualidade de vida – META ATINGIDA!

O exercício de 2017 foi profícuo nas ações de qualidade de vida de Magistrados e Servidores desta Justiça Castrense, voltando as 27 (vinte e sete) ações desenvolvidas para promover a motivação, o bem-estar, a valorização e o comprometimento de todos.

As ações foram diversificadas. Envolveram aspectos culturais (gincana do Oscar, visita ao museu da Santa Casa de Misericórdia, ao Teatro Municipal de São Paulo, à Sala São Paulo e exposição fotográfica), de bem estar (ginástica laboral, *quick massage*, caminhadas no horto florestal e no estádio do Pacaembu), de valorização do servidor (evento de maquiagem e fotografia em celebração ao dia internacional das mulheres; palestras “terapia do riso” e “comunicação não violenta”, higienização facial na semana do servidor público); de saúde (semana da saúde, com exames clínicos e palestra; montagem de uma equipe para corridas) e de integração (festa “julina”, visitas ao Nespresso Expertise Center, evento “meu filho no TJM”, a celebração do dia do dia do servidor público aposentado), dentre outros.

Ademais, no exercício de 2017, tivemos 4 (quatro) ações solidárias envolvendo os Magistrados e Servidores (doação de ovos de páscoa, agasalhos e brinquedos para os necessitados) e 3 (três) ações de inclusão (palestra do CIEE sobre como interagir com portadores das diversas necessidades sociais, palestra com a Sra. Alexandra Loras sobre o dia da consciência negra, bem como divulgação no âmbito interno sobre o festival do Centro Cultural do Banco do Brasil sobre a luta das pessoas com deficiência).

2.15. Capacitação socioambiental – META ATINGIDA!

Em 2017 tivemos 2 ações de sensibilização socioambiental (gincanas de arrecadação e correto descarte de pilhas e de óleo de cozinha), ambas ligadas a eventos de qualidade de vida (cujos prêmios foram curso de harmonização com café cedidos pela Nespresso e fornecimento de pares de ingresso gentilmente cedidos pelo Cine Belas Artes).

3. EVOLUÇÃO DE DESEMPENHO DOS INDICADORES

3.1. Indicadores do Anexo I da Resolução CNJ 201/15

A tabela abaixo contém os valores referentes ao ano de 2017, bem como as variações apuradas em relação ao ano anterior.

1. VARIÁVEIS GERAIS

Valores anuais extraídos automaticamente do sistema "Justiça em Números"

2. PAPEL

	unidade de medida	2016	2017	variação %
CPNRP – Consumo de papel não-reciclado próprio	resmas	82	813	891,5%
CPRP – Consumo de papel reciclado próprio	resmas	1035	99	-90,4%
CPP – Consumo de papel próprio	resmas	1117	912	-18,4%
CPNRC – Consumo de papel não-reciclado contratado	resmas	0	0	-
CPRC – Consumo de papel reciclado contratado	resmas	0	0	-
CPC – Consumo de papel contratado	resmas	0	0	-
CPT – Consumo de papel total	resmas	1117	912	-18,4%
GPNRP – Gasto com papel não-reciclado próprio	R\$	0	7848	-
GPRP – Gasto com papel reciclado próprio	R\$	13.515,00	4.250,00	-68,6%
GPP – Gasto com papel próprio	R\$	13.515,00	12.097,50	-10,5%

3. COPOS DESCARTÁVEIS

	unidade de medida	2016	2017	variação %
--	-------------------	------	------	------------

CCA – Consumo de copos descartáveis para água	centos	1799	1663	-7,6%
CCC – Consumo de copos descartáveis para café	centos	114	73	-36,0%
CCT – Consumo de copos descartáveis total	centos	1913	1736	-9,3%
GCA – Gasto com copos descartáveis para água	R\$	8.179,20	833,00	-89,8%
GCC – Gasto com copos descartáveis para café	R\$	0,00	0,00	-
GCT – Gasto com copos descartáveis total	R\$	8.179,20	833,00	-89,8%

4. ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

	unidade de medida	2016	2017	variação %
CED – Consumo de embalagens descartáveis para água mineral	unidades	6299	835	-86,7%
CER – Consumo de embalagens retornáveis para água mineral	unidades	38	32	-15,8%
GAED – Gasto com água mineral em embalagens descartáveis	R\$	5.206,00	9.250,40	77,7%
GAER – Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	R\$	416,00	352,00	-15,4%

5. IMPRESSÃO

	unidade de medida	2016	2017	variação %
QI – Quantidade de impressões	impressões	558.500	456.000	-18,4%
QEI – Quantidade de equipamentos de impressão	equipamentos	83	84	1,2%
PEI – Performance dos equipamentos instalados	impressões/equipamento	6.729	5.429	-19,3%
GAS – Gasto com aquisições de suprimentos	R\$	51.182,75	0,00	-100,0%
GAI – Gasto com aquisição de impressoras	R\$	0,00	29.620,00	-
GCO – Gasto com contratos de terceirização de impressão	R\$	21.136,81	23.059,50	9,1%

6. TELEFONIA

	unidade de medida	2016	2017	variação %
GTF - Gasto com telefonia fixa	R\$	32.510,59	31.658,22	-2,6%
LTF - Linhas Telefônicas Fixas	linhas fixas	35	35	0,0%
GRTF - Gasto relativo com telefonia fixa	R\$/linha fixa	928,87	904,52	-2,6%
GTM - Gasto com telefonia móvel	R\$	48.773,11	49.460,69	1,4%
LTM - Linhas Telefônicas Móveis	linhas móveis	20	20	0,0%
GRTM - Gasto relativo com telefonia móvel	R\$/linha móvel	2.438,66	2.473,03	1,4%

7. ENERGIA ELÉTRICA

	unidade de medida	2016	2017	variação %
CE - Consumo de energia elétrica	kWh	389.098	390.946	0,5%
CRE - Consumo relativo de energia elétrica	kWh/m ²	56,74	57,01	0,5%
GE - Gasto com energia elétrica	R\$	179.932,85	177.202,33	-1,5%
GRE - Gasto relativo com energia elétrica	R\$/m ²	26,24	25,84	-1,5%

8. ÁGUA E ESGOTO

	unidade de medida	2016	2017	variação %
CA - Consumo de água	m ³	3.014	3.089	2,5%
CRA - Consumo relativo de água	m ³ /m ²	0,44	0,45	2,5%
GA - Gasto com água	R\$	98.237,06	99.900,88	1,7%
GRA - Gasto relativo com água	R\$/m ²	14,33	14,569182	1,7%

9. GESTÃO DE RESÍDUOS

	unidade de medida	2016	2017	variação %
--	-------------------	------	------	------------

DPA – Destinação de papel	kg	1.999,5	3.008,4	50,5%
DPL – Destinação de plásticos	kg	1.220,7	988,3	-19,0%
DMT – Destinação de metais	kg	79,2	91,7	15,8%
DVD – Destinação de vidros	kg	71,8	64,9	-9,6%
CGe – Coleta geral	kg	0,0	0,0	-
TMR – Total de materiais destinados à reciclagem	kg	3.371,2	4.153,3	23,2%
DRI – Destinação de resíduos de informática	kg	196,4	37,0	-81,2%
DSI – Destinação de suprimentos de impressão	unidades	242,0	267,0	10,3%
DPB – Destinação de pilhas e baterias	kg	3,5	6,0	71,4%
DLP – Destinação de lâmpadas	unidades	875,0	883,0	0,9%
DRS – Destinação de resíduos de saúde	kg	87,8	104,3	18,8%
DOB – Destinação de resíduos de obras e reformas	m³	0,0	0,0	-

10. REFORMAS

	unidade de medida	2016	2017	variação %
GRB – Gastos com reformas no período-base	R\$	163.314,30	1.575.858,38	864,9%

11. LIMPEZA

	unidade de medida	2016	2017	variação %
GLB – Gastos com contratos limpeza no período-base	R\$	296.631,46	313.828,08	5,8%
m² Cont – Área contratada	m²	8.639,40	8.639,40	0,0%
GRL – Gasto relativo com contratos limpeza	R\$/m²	34,33	36,33	5,8%
GML – Gasto com material de limpeza	R\$	4.683,42	0,00	-100,0%

12. VIGILÂNCIA

	unidade de medida	2016	2017	variação %
GVAB – Gastos com contratos de vigilância armada no período-base	R\$	0,00	0,00	-
QVAB – Quantidade de postos de vigilância armada	postos	0	0	-
GRVA – Gasto relativo com vigilância armada	R\$/posto armado	-	-	-
QVD – Quantidade de postos de vigilância desarmada	postos	0	0	-
GRVD – Gasto relativo com vigilância desarmada	R\$/posto desarmado	-	-	-

13. VEÍCULOS

	unidade de medida	2016	2017	variação %
Km – Quilometragem	km	314.893	323.905	2,9%
VG – Quantidade de veículos a gasolina	veículos	2	2	0,0%
VEt – Quantidade de veículos a etanol	veículos	0	0	-
VF – Quantidade de veículos flex	veículos	19	19	0,0%
VD – Quantidade de veículos a diesel	veículos	2	2	0,0%
VGN – Quantidade de veículos a gás natural	veículos	0	0	-
VH – Quantidade de veículos híbridos	veículos	0	0	-
VEl – Quantidade de veículos elétricos	veículos	0	0	-
QVe – Quantidade de Veículos	veículos	23	23	0,0%
QVs – Quantidade de veículos de serviço	veículos de serviço	6	6	0,0%
UVS – Usuários por veículo de serviço	usuários/veículo de serviço	41,7	38,3	-8,0%
QVM – Quantidade de veículos para transporte de magistrados	veículos de magistrados	17	17	0,0%
UVM – Usuários por veículo de magistrado	usuários/veículo de magistrado	0,8	0,8	0,0%
GMV – Gasto com manutenção de veículos	R\$	60.488,53	65.066,77	7,6%

GRMV – Gasto relativo com manutenção dos veículos	R\$/veículo	2.629,94	2.828,99	7,6%
GCM – Gastos com contratos de motoristas	R\$	0,00	0,00	-
GRCM – Gasto relativo com contrato de motoristas	R\$/veículo	0,00	0,00	-

14. COMBUSTÍVEL

	unidade de medida	2016	2017	variação %
CG – Consumo de gasolina	litros	11.208,49	11.819,24	5,4%
CE – Consumo de etanol	litros	34.076,35	35.415,87	3,9%
CD – Consumo de diesel	litros	443,86	571,93	28,9%
CGN – Consumo de gás natural	m³	0,00	0,00	-
CRAG – Consumo relativo de álcool e gasolina	litro/veículo	2.156,42	2.249,29	4,3%
CRD – Consumo relativo de diesel	litro/veículo	221,93	285,97	28,9%
CRGN – Consumo relativo de gás natural	m³/veículo	-	-	-

15. QUALIDADE DE VIDA

	unidade de medida	2016	2017	variação %
PQV – Participações em ações de qualidade de vida	participações	1754	2201	25,5%
AQV – Quantidade de ações de qualidade de vida	ações	15	27	80,0%
PS – Participações em ações solidárias	participações	332	661	99,1%
AS – Quantidade de ações solidárias	ações	5	4	-20,0%
AInc – Ações de inclusão	ações	3	3	0,0%
	unidade de medida	2016	2017	variação p. p.
PRQV – Participação relativa em ações de qualidade de vida	% por ação	44,3%	33,4%	-10,9
PRS – Participação relativa em ações solidárias	% por ação	25,2%	67,7%	42,6

16. CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

	unidade de medida	2016	2017	variação %
ACap – Ações de capacitação e sensibilização	ações	2	2	0,0%
PSC – Participação em ações de sensibilização e capacitação	participações	285	18	-93,7%
	unidade de medida	2016	2017	variação p. p.
PRSC – Participação relativa em capacitação e sensibilização socioambiental	% por ação	54,0%	3,7%	-50,3

3.2. Indicadores do PLS -TJMSP

A tabela abaixo contém os temas, indicadores e metas do PLS-TJMSP, bem como os resultados obtidos no ano de 2017.

Plano de Logística Sustentável do TJMSP TEMAS, INDICADORES E METAS									
Id	Tema	Indicador	Meta		Unidade de medida	2016	2017	Variação (%)	Cumprimento da meta
1	Papel	Consumo de papel A4	Reduzir 2%	-2%	resmas	1.117	912	-18,35%	Sim
2	Copos descartáveis	Consumo de copos descartáveis	Copos 200 ml - Reduzir 10%	-10%	centos	1.799	1.663	-7,56%	Não
			Copos 50 ml - Reduzir 10%	-10%	centos	114	73	-35,96%	Sim
3	Água envasada em embalagem plástica	Consumo de embalagens para água mineral	Embalagens descartáveis - Reduzir 5%	-5%	unidades	6.299	835	-86,74%	Sim
			Embalagens retornáveis - Variar ±10%	±10%	unidades	38	32	-15,79%	Não

4	Impressão	Total de impressões	Reduzir 2%	-2%	impressões	558.500	456.000	-18,35%	Sim
5	Telefonia	Gasto com telefonia	Telefonia fixa - Reduzir 1%	-1%	R\$	32.510,59	31.658,22	-2,62%	Sim
			Telefonia móvel - Reduzir 1%	-1%	R\$	48.773,11	49.460,69	1,41%	Não
6	Energia elétrica	Consumo de energia elétrica	Reduzir 2%	-2%	kWh	389.097,61	390.945,94	0,48%	Não
7	Água e esgoto	Consumo de água	Reduzir 1%	-1%	m³	3.014	3.089	2,49%	Não
8	Gestão de resíduos	Percentual de resíduos com destinação ambientalmente correta	Manter o percentual de resíduos com destinação ambientalmente correta	0%	%	100	100	0,00%	Sim
9	Limpeza	Gasto com limpeza	Manter valores atualizados apenas pela inflação (6,5% meta do Governo Federal)	<=6,5%	R\$	296.631,46	313.828,08	5,80%	Sim
10	Veículos	Quilometragem percorrida por real (R\$) gasto	Aumentar 5%	5%	km/R\$	5,21	4,98	-4,38%	Não
11	Combustível	Consumo de combustíveis	Etanol - Reduzir 1%	-1%	litros	34.076,35	35.415,87	3,93%	Não
			Gasolina - Reduzir 1%	-1%	litros	11.208,49	11.819,24	5,45%	Não
			Diesel - Reduzir 1%	-1%	litros	443,86	571,93	28,85%	Não
Id	Tema	Indicador	Meta	Unidade de medida	-	Qtd de Ações em 2017		Cumprimento da meta	
12	Qualidade de vida	Quantidade de ações de qualidade de vida	Realizar 4 ações qualidade de vida	4	ações		27		Sim
			Realizar 2 ações solidárias	2	ações		4		Sim
			Realizar 1 ação de inclusão	1	ações		3		Sim
13	Capacitação socioambiental	Quantidade de ações de capacitação socioambiental	Realização 1 ação de capacitação	1	ações		2		Sim

Id	Tema	Indicador	Meta	Unidade de medida	-	% de realização em 2017	% de cumprimento	Cumprimento da meta	
14	Reformas		Substituir todas as lâmpadas fluorescentes ou alógenas por LED, reduzindo o consumo energético, em média, em 30%.	100%	%		0%	0%	Não
			Instalar sistema de captação de água de chuva para reuso, no arquivo geral.	100%	%		0%	0%	Não
			Reorganizar instalações de elétricas nos três edifícios do Tribunal.	100%	%		40%	40%	Não
			Elaborar cronograma de execução de obras.	100%	%		100%	100%	Sim

4. AÇÕES PARA 2018

4.1. Papel

Quanto a utilização deste insumo, há de se ponderar sua importância para a concretização dos serviços prestados e sua cultura. Por um lado, temos a implantação de sistemas informáticos que suportam processos judiciais e administrativos, utilização da telefonia móvel e até, por um período, a utilização de computadores portáteis do tipo *tablet*. *Ad contrario sensu*, há a impossibilidade atual de zerar sua utilização, por conta de processos físicos que ainda são obrigatórios em certos casos e a cultura já consolidada.

Fato é que o TJMSP se encontra em um momento de transição. Profissionais que antes tinham no suporte papel a segurança no seu trabalho são colocados à prova por sistemas informáticos, protocolos digitais, produção de material digital, assinaturas digitais e, por conta disso tudo, a dependência de suporte tecnológico para o desenvolvimento do seu *labor*.

Portanto, deve-se haver uma discussão profunda sobre cada processo de trabalho com os servidores e magistrados da Casa para que se consiga entender o que são hábitos de longa data e o que são imprescindíveis para a entrega da atividade meio e atividade fim do TJM.

Uma primeira forma de controle mais severo seria, por exemplo, na própria distribuição destes insumos nas diversas seções do TJM, a qual é feita pela Seção de Almoxarifado e Patrimônio. Em paralelo, deve-se haver um controle das impressões por meio de sistemas; a substituição de todas as impressoras que imprimem 1 (um) lado da folha somente; treinamento dos servidores e magistrados para a otimização de suas atividades, inclusive com atendimento individualizado feito pela Equipe da Diretoria de Tecnologia da Informação; popularização e treinamento quanto ao programa de criação de PDF's, o qual já está devidamente instalado, mas nem sempre é levado em conta.

De toda forma, um fato deve ser levado em consideração. Desde o início das medições, 2010, o TJMSP reduziu o consumo do referido insumo em 53% (cinquenta e três por cento), de forma acumulada. (2010 – 1954 resmas; 2017 – 912 resmas)

Ressalte-se que tal fato representa, em reais, considerando preço atual resma, uma redução de gastos na ordem de R\$ 13.442,00¹, aproximadamente. Elemento digno de alta nota, levando em conta a diminuta estrutura de trabalho do TJMSP.

4.2. Copos Descartáveis

A ousadia das metas estabelecidas reforça o compromisso da Corte com a sustentabilidade. Assim, observa-se, com o cumprimento parcial, diversas oportunidades de melhoria, dentre as quais pode-se destacar, sem embargos a adoção de treinamentos e gincanas de conscientização do público geral do TJMSP.

Ressalte-se o trabalho de distribuição de squeezes, que contribuiu para diminuição de 7,5% no uso dos copos no âmbito desta Casa.

Outrossim, outra oportunidade de melhoria se verifica com a remoção dos insumos mencionados das seções Administrativas desta Corte. Ato contínuo, remover-se-ão das seções judiciárias. Tal fato culminaria com uma redução aproximada de 60%.

Nesses termos, as metas serão revistas pela equipe, como forma de implementar as oportunidades de melhoria mencionadas.

4.3. Água envasada em embalagem plástica

A discussão seria em torno de questões como praticidade, viabilidade da atividade fim, saúde, bem-estar. Sabe-se que a atividade judicial depende de muito da oralidade em suas sessões e, para que isso seja possível, deve-se cuidar de dois bens muito preciosos para a vida profissional e lato

¹ Resma cotada a R\$ 12,90, em média.

sensu: a voz e a água. Sabe-se que água é vida. Investir em formas de se manter a saúde de seus magistrados é imprescindível, assim como garantir a melhor utilização de recursos hídricos, trazendo uma forma de utilização de seja econômica e saudável.

Percebe-se, nessa linha, uma clara oportunidade de melhoria, para implementação da meta, consistente em adotar jarras de vidro e copos, como forma de evitar o uso de vasilhames no âmbito da Casa.

A proposta já vem sendo estudada para implementação, levando em conta a viabilidade da realização do trabalho mencionado, contraposta à exiguidade de pessoal envolvido. Maiores estudos, são necessários à adoção da melhor escolha que conjugue, adequadamente, conveniência e oportunidade.

4.4. Impressão

Intimamente ligado ao insumo papel, várias ações já foram iniciadas a algum tempo para aprimorar os serviços de impressão, otimizando sua utilização. Além da substituição de impressoras de pequeno porte por de grande porte, multifuncionais, compartilhadas e administráveis via rede, deve-se ir além, mesmo porque, se não se pode zerar tal índice, que se otimize ao máximo.

Para tanto, deve-se ter um maior controle interno sobre a necessidade de impressão e, em algum momento, deve-se ter uma comunicação com setores externos ao Tribunal para que se possa automatizar o envio destes documentos, utilizando recursos como e-mail, o qual hoje se imagina disseminado o suficiente em todos os órgãos que estabelece relações com as atividades deste Egrégio.

A título de exemplo, a cultura da impressão está tão enraizada que muitas vezes se pôde localizar no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) documentos que foram impressos, assinados manualmente para, aí sim, serem inseridos como PDF em algum processo daquele.

Como comentado anteriormente, este é um caminho sem volta adotado cada vez mais até por políticas públicas que querem tornar até documentos pessoais do cidadão em aplicativos de celular.

Novamente frisa-se que de nada valem tais modificações se não há adesão e comprometimento de todos, tendo em vista se tratar de insumo de uso profissional e, mais ainda, público, o qual deve se fazer eficiente por força de ordem constitucional.

Vale também se fazer estudo da adesão ao Projeto Petição 10, Sentença 10, o qual é apoiado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Escola Paulista de Magistratura, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. Link para maiores informações: <http://www.tjsp.jus.br/Peticao10Sentenca10/Peticao10Sentenca10/Default>

4.5. Telefonia

O cumprimento parcial da meta indica que o TJMSP mantém seu compromisso com a redução dos custos operacionais, envolvidos no exercício de seu mister.

Assim, pautado no princípio da melhoria contínua, poderá esta Corte adotar, mediante estudos específicos, tecnologias que demandem menores custos para manutenção das comunicações internas e externas.

Considerando a era da comunicação em larguíssima escala em que se vive, e na contramão das demais corporações, o TJMSP logrou êxito em reduzir seus gastos com telefonia fixa, o que constitui prova do compromisso acima citado.

No que tange aos gastos com telefonia móvel, diversas ações vêm sendo implementadas como forma de difundir o uso de rede interna de *wi-fi*, o que contribuirá, sobremaneira, com a redução dos custos operacionais desse nicho. A infraestrutura de rede será redefinida, por intermédio do Contrato 277/2017 – TJMSP, o que viabilizará o maior tráfego de rede e menor consumo de internet móvel.

4.6. Energia elétrica

O presente insumo, vital ao exercício das finalidades da Corte, é pauta de toda instituição que busca a sustentabilidade de suas atividades.

Nesses termos, é de suma importância a correta avaliação do consumo para adoção das medidas efetivas de redução de custos, baseada na realidade fática institucional.

Em princípio, deve-se levar em conta que diversas obras, para melhoria das condições de trabalho, foram realizadas de 2014 a 2017, gerando a alteração quase que completa dos sistemas existentes, sobretudo os de energia elétrica.

Isso posto, a primeira oportunidade de melhoria que se vislumbra, para implementação da meta, seria o adequado estudo das situações existentes nesta Corte, em especial as que se referem à situação dos circuitos e quadros elétricos da Casa, amplamente alterados por força dos trabalhos mencionados.

Outrossim, ações de conscientização sobre o correto uso da energia elétrica podem ser implementadas, levando em conta, independentemente da situação fática, a sua capacidade de produção de resultados palpáveis, já alinhados à ideia de sustentabilidade amplamente difundida na Casa.

4.7. Água e esgoto

Tal qual ocorre com o insumo acima, a água é condição *sine qua non* às atividades da Casa. Assim, a sustentabilidade, pelo uso consciente, é meta que se alinha não só a redução de gastos, mas, sim, à viabilidade e continuidade da própria atividade.

Como informado, diversas obras foram realizadas com o intento de melhorar as condições de trabalho dos servidores e magistrados da Corte, o que demandou uso de grande quantidade de água. Obras como a reforma dos sanitários contribuíram para o aumento do consumo, que, no caso, decorreu de uma necessidade premente interna.

Ressalte-se que, dentre os trabalhos, o TJMSP instalou sistema de captação de águas de chuva, capazes de armazenar, para uso futuro, 5000 litros de água, que abastecem os vasos dos sanitários do edifício Sede. Com o tempo, por tal medida, verificar-se-á a redução do consumo em meses chuvosos, contribuindo para ideia de redução anual de gastos, respectiva.

De toda forma, ações de conscientização sobre o correto uso da água podem ser implementadas, levando em conta, independentemente da situação fática, a sua capacidade de produção de resultados palpáveis, já alinhados à ideia de sustentabilidade amplamente difundida na Casa.

4.8. Gestão de Resíduos

O referido indicador, considerando a existência, até 2016, do selo ISO 14001, é cumprido em sua totalidade.

O grau de mentalidade e maturação da ideia de correta destinação dos rejeitos, no âmbito do TJMSP, é altíssimo, em decorrência das diversas ações de conscientização que vêm sendo implementadas, nesse sentido, nos últimos anos.

Assim, percebe-se que, diferentemente da maioria dos demais órgãos do Estado, o TJMSP está apto ao próximo passo: redução da geração de resíduos.

Nessa linha, devem ser mantidos os treinamentos, como forma de alcançar tal resultado, que se coaduna, perfeitamente, à ideia de sustentabilidade.

4.9 Reformas

Tratando-se de atividade hoje em dia bem estruturada, graças a contratação acertada de assessoria de engenharia especializada, segue-se em execução Plano de Obras devidamente aprovado por este TJMSP.

Deve-se frisar também a fiscalização destas obras, as quais são efetivas, próximas, e exigentes o suficiente para se ter o melhor resultado possível e em tempo hábil. Pelo próprio depoimento de algumas empresas prestadoras de serviço, e infelizmente, ainda existem muitos órgãos que não fazem uma fiscalização tão eficiente quanto este Egrégio, o qual faz jus ao investimento e garante o resultado almejado.

Ações necessárias seriam a de integrar ainda mais os servidores e magistrados nesta fiscalização para que ela se torne menos setorial e mais institucional.

4.10. Limpeza

Para que se garanta um ambiente sempre favorável ao labor de todos, uma ação simples seria, novamente, a participação também na manutenção deste ambiente.

Propõe-se também que se invista na conscientização dos seus servidores e magistrados.

4.11. Vigilância

Quanto a ações neste sentido, seria o de continuidade na atual Assessoria da Polícia Militar do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, não havendo plano nem necessidade de diminuição desta atuação.

4.12. Veículos

Como tratado anteriormente, existem limitações a substituição da frota por veículos menos agressivos ao meio ambiente. Os carros elétricos ou híbridos disponíveis ainda não possuem um preço acessível e/ou não atendem a necessidade deste Tribunal e não existem postos de carregamento suficiente.

Uma ação atual seria a continuidade de pesquisas de mercado visando o acompanhamento deste mercado, em busca de soluções veiculares viáveis e acessíveis e que poluam menos.

Outra, que é atual e necessária, trata de otimização da utilização dos veículos; manutenções preventivas para garantir o bom funcionamento do veículo e, conseqüentemente, a menor liberação possível de partículas poluentes no ar; o aumento da proporção de utilização de etanol em vez de gasolina, a qual é de rigor; renovação de frota, sempre visando a aquisição de veículos com maior performance, com maior economia possível

e movidos a etanol; e o estudo de caso de substituição de transporte de documentos físicos por digitais, empregando estrutura já em funcionamento e economizando recursos.

4.13. Combustível

Vinculado ao item anterior, reitera-se as ações outrora propostas, frisando a necessidade do imediato aumento de utilização do combustível etanol em detrimento da diminuição da utilização do combustível gasolina. O Tribunal já está equipado com veículos flex o suficiente para a melhora desta proporção, que foi em 2017 na ordem de 1 para 3.

Por mais que a frota deste Egrégio pareça tímida em comparando com órgãos de maior porte, é de rigor que se dê o exemplo e que se faça escola aos outros e perante a sociedade, demonstrando comprometimento com uma das regiões mais propícias a poluentes do Estado de São Paulo, centro da Capital, onde as pessoas já são bombardeadas o suficiente por tais poluentes e que, se cada um fizesse a sua parte, não se teria tal resultado desfavorável.

Seria, nesses termos, necessário estudo para o aumento desta proporção na ordem de 1 para 4, pelo menos, para que se demonstre, enquanto não houver recurso/tecnologia plenamente disponível no mercado, compromisso com os preceitos Constitucionais.

Por fim, um estudo acerca da instalação de sistema GNV nos veículos da Casa pode ser colocado em pauta, considerando a possibilidade de redução de, até, 70% do consumo de combustíveis fósseis, bem como até 80% de redução em relação ao grau de poluição emitida.

4.14 Qualidade de vida

Elaboração de uma agenda de qualidade de vida para aprovação da Presidência desta Corte, contemplando diversas ações em moldes semelhantes das ações desenvolvidas ao longo do exercício de 2017, com busca de parcerias.

4.15. Capacitação socioambiental

Entendemos que o modelo de ação de sensibilização com base em gincana foi muito bem-sucedido e deve ser repetido, alterando os objetos de descarte justamente para promover o ensino do modo correto de descartes.

5. CONCLUSÃO

De acordo com todo o material apresentado no âmbito do presente relatório, grande parte das Metas Previstas no PLS foram cumpridas, o que reforça o interesse da Casa no alcance de seus objetivos.

É inegável o compromisso dessa Corte com a sustentabilidade, determinada como valor, associada à eficiência, princípio inerente a todo ente público, insculpido no art. 37 da Constituição Federal. É oportuno lembrar que, com a edição do Glossário do Anexo I da Resolução 201/15CNJ, editado no mês de julho de 2016, a perspectiva em relação à interpretação das normas de elaboração do PLS sofreu considerável reformulação, o que prejudica a análise do documento, o qual será reeditado para maior adequação às disposições normativas respectivas. Tal modificação contribuiu para elaboração de um PLS mais completo, que demonstra de maneira inequívoca os atos de administração desta Casa.

Buscaremos, ainda, ações com vistas a implementar, no âmbito deste TJM, o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), do Ministério do Meio Ambiente, seguindo determinação contida na Portaria nº 204/2016ASSPRES, que constituiu o Núcleo de Gestão Socioambiental, neste Tribunal.

Para os indicadores que não foram considerados satisfatórios, algumas ações deverão ser reforçadas e outras acrescentadas pelos gestores responsáveis, observando sugestões contidas na Resolução CNJ nº 201/2015 e anexos.